

---

## ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, PODER E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

---

André Lúcio Bento<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, discutem-se as noções de *identidade e diferença*, social e discursivamente construídas, fragmentadas e representadas em um espaço de disputa pelo poder, o que envolve sistemas simbólicos e ideológicos. Com essa convicção, este artigo tem o objetivo de refletir sobre tais noções com base a partir das contribuições teóricas de Bauman (1999; 2001 e 2005) acerca do que ele propõe em termos da *modernidade líquida* e com base nas contribuições teóricas de Giddens (2002) sobre o que ele denomina de *modernidade tardia*. Outros aportes teóricos encontram-se em Woodward (2000), Hall (2000; 2005), Silva (2000) e Castells (2006). A presente reflexão teórica situa-se nos limites da Análise de Discurso Crítica (ADC), tendo em vista que o discurso é um elemento constitutivo das identidades sociais, conforme Fairclough (2001; 2003).

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Identidades. Modernidade líquida. Modernidade tardia. Análise de Discurso Crítica

**ABSTRACT:** This paper discusses the notions of *identity and difference*, built socially and discursively, fragmented and represented in a space of power struggle, which involves symbolic and ideological systems. With this conviction, this article aims to discuss such notions from the theoretical contributions of Bauman (1999, 2001 and 2005) about what he proposes in terms of *liquid modernity* and from the theoretical perspectives of Giddens (2002) on what he calls *late modernity*. Other theoretical contributions are found in Woodward (2000), Hall (2000; 2005), Silva (2000) and Castells (2006). The present theoretical consideration is placed within the limits of Critical Discourse Analysis (CDA), bearing in mind that discourse is a constitutive element of social identities, as stated by Fairclough (2001; 2003).

**KEYWORDS:** Discourse. Identities. Liquid modernity. Late modernity. Critical Discourse Analysis

---

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em Linguística pela UnB. E-mail: andreluciobento@gmail.com.

A contemporaneidade tem se caracterizado por uma espécie de interesse súbito em torno do conceito de identidade. Apesar de identidades preexistirem aos tempos modernos, a questão identitária torna-se um campo maior de interesse agora, tendo em vista que antes parecia haver uma aura de determinismo racionalista sobre essa questão. As identidades eram preestabelecidas por fatores de ordem trabalhista, econômica, sexual ou religiosa, em que os papéis a serem desenvolvidos pelos membros da sociedade, de certo modo, já estavam antevistos. Não é o que se verifica atualmente, no nosso mundo marcado pelas possibilidades reflexivas e pela fluidez em termos de tempo e de espaço, como veremos mais adiante.

A definição de identidade é estabelecida a partir dos mais diversos ângulos teóricos, uma vez que sua noção é, de fato, complexa. Nesse sentido, partiremos de três concepções de sujeito, apresentadas por Hall (2005) e que guardam estreita relação com as noções de identidades:

- **O sujeito do Iluminismo:** noção de sujeito baseada na centralidade e unificação da pessoa, que nascia e se desenvolvia permanecendo “essencialmente o mesmo”;
- **O sujeito sociológico:** noção de sujeito desvinculada de uma autonomia, mas possuidor de “essência interior que é o ‘eu real’”;
- **O sujeito pós-moderno:** noção de sujeito que rechaça a sua condição de fixidez e permanência, sendo a identidade uma questão histórica, e não biológica.

O sujeito pós-moderno é, então, marcado pela fragmentação, o que não se pode analisar como uma suposta falha humana, ou mesmo desequilíbrio. É essa fragmentação, aliás, que nos permite afirmar que a noção de identidades (no plural) é mais adequada do que a noção de identidade (no singular), uma vez que o sujeito na pós-modernidade não é visto numa condição de unificação nem de completude, mas de constante instabilidade. Essa posição se aproxima do que Woodward (2000) denomina de perspectiva *não essencialista*, que, em resumo,

focaliza as diferenças e os processos de mudança pelos quais passam as identidades. Essa perspectiva se opõe à ideia do racionalismo cartesiano, que, segundo Rajagopalan (2006), em que a identidade “era algo concebido no ‘tudo-ou-nada’”.

As diversas definições que as identidades assumem a partir da concepção pós-moderna de sujeito nos induzem a levar em conta outra noção: a *diferença*. O que vem a ser identidade só é possível em função da diferença, conforme Woodward (2000). O que está por trás da pergunta *Quem é você?* é exatamente a pergunta *Quem você não é?* Quando alguém afirma “sou carioca”, ao mesmo tempo quer dizer “não sou gaúcho”, “não sou goiano”, o que nos permite dizer que a diferença é essencial para a existência da identidade. Para Woodward (2000), a questão da diferença não deixa de ser problemática em função de dois motivos principais. Primeiro, porque a “diferença é sustentada pela exclusão” e, segundo, porque a diferença parece não sugerir a existência de similaridades entre os diversos grupos: “ser católico” é não ter nenhuma similitude com “ser evangélico”, por exemplo. Woodward (2000) estabelece, ainda, que a marcação da diferença ocorre, além de sistemas simbólicos, por meio de *sistemas classificatórios* (que dividem um todo e todas as suas características em, pelo menos, dois grupos distintos: *nós* [brasileiros]/*eles* [bolivianos] ou *eu* [católico]/*outro* [evangélico]). O problema dos sistemas classificatórios está no fato de que os elementos dispostos nessas relações binárias podem ser sustentados por meio de afirmações desiguais. Geralmente, o primeiro termo da dicotomia corresponde à *norma*, o segundo elemento do par é o item desprestigiado: homem/mulher, branco/negro etc. Por outro lado, pode-se visualizar essa dicotomia como sendo a “fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo”.

Para Silva (2000, p. 76), identidade e diferença são *criaturas da linguagem*; “além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos linguísticos”, tendo, por isso, de “ser ativamente produzidas”. Tal postulação de Tomaz Tadeu da Silva tem como fulcro a natureza social e cultural das identidades, que são construções realizadas nas relações sociais e culturais, e não um elemento dado *a priori*, à espera de ser apropriado. Além disso, a assertiva de Silva (2000) estabelece-se

mediante o fato de que as identidades e as diferenças são construtos de ordem simbólica e discursiva.

Sendo noções de natureza social e discursiva, identidade e diferença são representadas. Mais que isso: como a linguagem não se presta unicamente à função de representação, muitas vezes as identidades e as diferenças acontecem, ou se realizam, linguisticamente por meio de *atos performativos*<sup>2</sup>. Segundo Silva (2000), o deslocamento da identidade de descrição para performatividade é mesmo o deslocamento de *algo que é* para *algo que pode ser*. Silva (2000, p. 93) cita como exemplo a palavra “negrão”, para ilustrar que esse uso não se restringe apenas a descrever alguém do sexo masculino, mas serve, também, para incluí-lo “em um sistema linguístico mais amplo que contribui para reforçar a negatividade atribuída à identidade ‘negra’”.

Todas essas reflexões sobre identidade feitas até aqui têm em comum não se basearem em teorias essencialistas, que pressupõem um núcleo estável de sujeito, praticamente imutável desde o seu nascimento até a morte. Antes, conforme Hall (2000), essa concepção de sujeito que mais guarda relação com a modernidade baseia-se em um conceito “estratégico e posicional” de sujeito. Hall (2000, p. 108) acrescenta que as identidades são “multiplicamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas”.

É a aceitação de que as identidades são elementos construídos e não produtos ou artigos prontos para serem adquiridos que nos permite enfatizar o seu caráter histórico e ideológico. É nesse sentido que podemos dispor as identidades em uma arena de poder e de disputa por ele, e, neste caso, o discurso tem um papel bastante privilegiado.

---

<sup>2</sup>Na proposição de Austin (1962), a *performatividade* se refere à força da linguagem em fazer com que as coisas aconteçam, se efetivem ou se realizem, distinguindo-se da mera função descritiva. Por meio dos atos performativos, o locutor não só diz, mas realiza algo: um exemplo clássico das realizações performativas é caso da asseveração “eu vos declaro marido e mulher”, em que tais palavras possuem a força de instituir uma nova relação social e civil entre duas pessoas.

### A IDENTIDADE COMO PEÇA DOS JOGOS DE PODER

Uma distinção importante que deve ser feita no âmbito da discussão em torno das identidades é a que envolve os papéis sociais. Conforme Castells (2006, p. 22-23), os papéis sociais (ser pai, ser mãe, ser professor, ser atleta, etc) “são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”, enquanto que as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização”. Muitas vezes, contudo, os papéis sociais podem coincidir com as identidades. Isso ocorre, por exemplo, quando um papel ergue-se como a principal fonte de significação para a constituição das identidades. Castells (2006, p. 23) procura dirimir as dúvidas entre o que venha a ser papel social e identidade, postulando que “as identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”.

Castells reitera que, tomadas sob o ponto de vista sociológico, as identidades só podem ser construídas. As questões levantadas pelo autor de *O poder da identidade* dizem respeito a: por quê? como? por quem? e para quem as identidades são construídas? O próprio Castells (2006, p. 23) responde que os “aparatos de poder”, ao lado de questões históricas, geográficas, religiosas, institucionais, entre outras, constituem a “matéria-prima” de que se valem as construções identitárias.

A ênfase dada por Castells (2006) refere-se à construção de identidades coletivas na denominada *sociedade em rede*, caracterizada, em termos gerais, pela globalização das forças de trabalho, por uma organização social em rede, pela virtualidade possível por meio dos sistemas midiáticos e pela transformação nos fluxos do tempo e do espaço. Para Castells, a construção identitária nunca é desvinculada dos contextos em que ocorram relações de poder, o que o motiva a propor “uma distinção em três formas e origens de construção de identidades”:

- **Identidade legitimadora:** origina a sociedade civil. Esta forma de identidade permite que os atores sociais reproduzam as fontes de dominação.

- **Identidade de resistência:** questiona a sociedade civil. Esta forma de identidade é construída por atores sociais que se encontram em condições de desigualdade na escala social, o que os leva a formar as denominadas *comunas* ou comunidades, que dizem respeito aos grupos de atores cujas identidades se voltam contra as instituições dominantes e suas ideologias.
- **Identidade de projeto:** busca transformar a estrutura social. Esta forma de identidade compreende um projeto de vida, talvez com base em uma “identidade oprimida”. Na sociedade em rede, as identidades de projeto surgem das resistências comunais.

Sobre a relação entre a construção das identidades e o exercício do poder, Woodward (2000, p. 18) estabelece que nenhum sistema de representação, que inclui as identidades, ocorre fora das relações de poder, “incluindo poder para definir quem é incluído e quem é excluído”. Em outra instância, Woodward (2000) refere-se às dicotomias, presentes nos sistemas classificatórios, como sendo oposições de poder, que, por sua vez, fomentam as divisões sociais, por exemplo, entre homens e mulheres.

As identidades não só se dão nas relações de poder, como também têm lugar nas disputas por ele. Isso é possível por causa do caráter simbólico e discursivo das identidades. Silva (2000, p. 81) assevera que tanto a identidade quanto a diferença podem ser “objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder”, na busca, entre outros, “ao acesso privilegiado aos bens sociais”, o que torna muito apertado o vínculo entre a construção identitária e o poder. Tudo isso faz com que afastemos do debate em torno das identidades e das diferenças quaisquer posturas de inocência e ingenuidade.

De todas as marcas do poder imbuídas no processo de diferenciação, a da normalização é tida como um dos mecanismos “mais sutis” por meio do qual “o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (SILVA, 2000, p. 83). Normalizar significa a determinação arbitrária de uma identidade sobre as outras; significa a naturalização de uma identidade, que passa a ser considerada “a

identidade”; significa atribuir a maior carga possível de negatividade às demais identidades:

Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, ‘étnica’ é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é ‘sexualizada’, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (SILVA, 2000, p. 83).

Tendo em vista que a normalização se dá por meio dos binarismos, o questionamento destes é, de alguma maneira, uma forma de desestabilizar as identidades tidas como normais, dado que elas servem ao propósito ideológico das classes, etnias e nações dominantes. Além do questionamento aos binarismos que suportam a normalização, há outro tipo de movimento interessante para o exercício de desestabilização das identidades hegemônicas: é o caso de se questionar os sistemas de representação associados ao processo de construção identitária. Uma vez que toda identidade precisa ser representada, e que essa representação se dá, também, por vias discursivas, será imbuído de poder aquele que puder estabelecer e representar a identidade. Por isso, para Silva (2000, p. 91), questionar a identidade e a diferença significa “questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação”.

De certo modo, antes de questionarmos a representação das identidades, ou, de modo mais derradeiro, antes de questionarmos os discursos, é preciso um movimento anterior: o de se analisar de que maneira as identidades com vistas ao exercício do poder se constituem discursivamente.

#### REFLEXIVIDADE E FLUIDEZ IDENTITÁRIAS NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

A designação do atual estágio da modernidade passa também por uma questão de identidade. São várias as denominações para o mundo de hoje: *sociedade em rede*, *novo capitalismo*, *modernidade tardia*, *modernidade líquida* e

*pós-modernidade*, por exemplo. Em quase nada essas denominações são excludentes. Elas apenas focam mais luz em determinado elemento que compõe a intrincada rede de transformações que se verificam no mundo contemporâneo. Para os fins deste trabalho, utilizarei a contribuição de Giddens (2002) sobre as suas proposições em torno da *modernidade tardia* e a problemática das identidades dentro desta proposta teórica; e também farei uso da contribuição de Bauman (1999, 2001 e 2005) acerca do que ele denomina de *modernidade líquida* e das suas implicações identitárias. Tal recorte deve-se ao fato de que esses construtos teóricos, no meu entendimento, por meio da discussão em torno da reflexividade e do desencaixe, e da metáfora da liquidez, apontam para as propriedades que tornam o momento que vivenciamos como algo sem precedentes na história econômica, política e social da humanidade.

#### **IDENTIDADE, PODER E REFLEXIVIDADE**

O conjunto de propriedades capazes de distinguir a etapa vigente do nosso mundo não só altera os fatores de ordem institucional, política, econômica e cultural, como também afeta as questões atinentes à existência humana. Em termos amplos, a modernidade tem sido identificada como todo o período pós-feudal ocorrido na Europa, que tomou dimensões mundiais a partir do século XX. O termo “modernidade” também pode referir-se ao mundo industrializado, sem que haja uma redução do termo em função unicamente das instituições industriais. Assim é que Giddens (2002, p. 221) define a modernidade em sua obra *Modernidade e Identidade*. Contudo, a *modernidade tardia* ou *alta modernidade* é conceituada pelo autor como sendo “a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade”.

Em várias direções, o mundo da modernidade tardia difere das sociedades que o precederam, mas uma marca que lhe é incontestável reside no dinamismo com que homens e instituições operam atualmente. Para Giddens (2002, 21-26), o mundo atual é um mundo “mundo em disparada”, cujo ritmo da mudança social, em termos de “amplitude e profundidade”, atinge as práticas

sociais e os modos de comportamento. Por isso, a modernidade tardia pode ser entendida em referência a três fatores principais:

- **A separação tempo e espaço:** a preocupação com o tempo e com o espaço, obviamente, não se constitui em uma exclusividade da modernidade tardia, porém, nas sociedades predecessoras, o tratamento dado à relação tempo/espaço ocorria numa dimensão de localização espacial determinada, numa “situacionalidade de lugar”. A noção de *quando* sempre era associada à noção de *onde*, o que não mais se verifica hoje, especialmente em função dos instrumentos tecnológicos de aproximação.
- **O desencaixe das instituições sociais:** a metáfora do desencaixe, totalmente influenciada pela separação tempo/espaço, refere-se ao fato de que, atualmente, as relações sociais são deslocadas de contextos locais, sendo rearticuladas “através de partes indeterminadas do espaço-tempo”. Os mecanismos de desencaixe são de dois tipos: os *sistemas especializados* (baseados no conhecimento especializado) e as *fichas simbólicas* (“os meios de troca que têm valor padronizado”, o dinheiro, por exemplo). Sistemas especializados e fichas simbólicas reúnem-se sob o rótulo geral de *sistemas abstratos*, que, juntamente com o desencaixe, criam “quantidades crescentes de poder – de poder que os homens têm de alterar o mundo material e transformar as condições de suas próprias ações”.
- **A reflexividade:** o desencaixe, associado à separação tempo/espaço, produz uma realidade em que as práticas não são reguladas por valores preestabelecidos, o que configura o contexto da reflexividade. A reflexividade não pode ser tomada como o simples movimento de introspecção, mas como “o uso regulado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação”. As atividades sociais são suscetíveis ao

processo de reflexividade, “à luz de novo conhecimento ou informação”, que, por seu turno, são constitutivos das instituições modernas.

Todos esses traços que caracterizam a modernidade tardia são capazes de influenciar as relações entre a constituição da auto-identidade e as instituições sociais. Mais especificamente, Giddens (2002, p. 54) afirma que a reflexividade “se estende ao núcleo do eu”, o que faz do *eu* um “projeto reflexivo”. A construção do *eu* no mundo moderno tardio ocorre, então, por meio de um processo reflexivo, pois “ser uma ‘pessoa’ não é apenas ser um ator reflexivo, mas ter o conceito de uma pessoa (enquanto aplicável ao eu e aos outros)”. A reflexividade como fonte da construção identitária é questionada em contextos de extremo pertencimento local, onde reside e se relaciona considerada parcela da sociedade que é alijada de todos os avanços tecnológicos e econômicos erguidos pela globalização. É o que pensa, por exemplo, Castells (2006, p. 27), ao afirmar que “exceto para a elite que ocupa o espaço atemporal de fluxos de redes globais e seus locais subsidiários, o planejamento reflexivo da vida torna-se impossível”.

A reflexividade, os mecanismos de desencaixe e os sistemas abstratos produzem ações de *empoderamento*. Nas sociedades pré-modernas, os indivíduos desenvolviam atividades muito arraigadas nas exigências locais. Ao reorganizar as atividades humanas desvincilhadas da relação fixa entre tempo e espaço, a modernidade tardia acabou por exigir-lhes uma rearticulação, produzida também pelos mecanismos de desencaixe. E isso envolve, em certa medida, transferência de poder.

### **IDENTIDADE, PODER E A METÁFORA DA FLUIDEZ**

A mobilidade é um fator de extrema importância na análise do mundo atual, pois é capaz de rearticular as relações sociais, os comportamentos individuais e sociais e as relações de poder. A mobilidade assume essa posição estratégica apenas nas sociedades modernas, sendo fruto da revisão entre o vínculo espaço/tempo. Por isso, a liquidez é a representação metafórica estabelecida por Bauman (2001) para designar a recente fase do mundo moderno.

Os fluidos e os líquidos servem como alegoria para o mundo atual porque, diferentemente dos sólidos, não se prendem ao espaço e fluem com facilidade; por isso, aos fluidos e aos líquidos associamos a ideia de leveza, o que, por consequência, permite-nos estabelecer uma comparação com a inconstância e a mobilidade. Conforme Bauman (2001, p. 9), “essas são razões para considerar *fluidez* ou *liquidez* como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, *nova* de muitas maneiras, na história da humanidade”. Em resumo, a *modernidade líquida* é, para Bauman, a própria globalização.

A modernidade líquida é capaz de afetar as estruturas estatais, os comportamentos, a produção cultural, as relações humanas. É nesse contexto que introduzimos a discussão em torno das identidades no nosso mundo líquido e fluido. Identidades que “não têm a solidez de uma rocha” e “flutuam no ar”, como Bauman discute na obra *Identidade*, um livro de entrevistas concedido ao italiano Benedetto Vecchi.

De todas as características dos líquidos, enfatizo mais a mobilidade, pelo fato de que ela se constitui, atualmente, na principal nascente das desigualdades sociais, bem como tem sido capaz de realinhar as estruturas de onde emana o exercício do poder. A mobilidade é capaz de reverter as possibilidades do exercício do poder. Do mesmo modo de outros fatores, o poder é agora fugidio, e não mais conhece as fronteiras da territorialidade. O poder é, agora, extraterritorial, cujas técnicas mais inovadoras podem ser ilustradas pelas recentes estratégias utilizadas nas guerras travadas na atualidade. Isso transcende a proposta do Panóptico<sup>3</sup>, em que o exercício do poder se dava mediante a fixação em termos de um espaço determinado. Isso, enfim, faz da sociedade líquida uma sociedade *pós-Panóptica*.

Na época líquida, em que a distância é um produto social “sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida” (BAUMAN,

<sup>3</sup> O *Panóptico* é um princípio geral de construção idealizado por Jeremy Bentham, e foi por muitos caracterizado como uma figura ideal da arquitetura. O Panóptico foi capaz de despertar o interesse aos mais diversos propósitos e ajudou a forjar uma nova forma de poder e confinamento no final do séc. XVIII, diferente do que se via nas masmorras frias e escuras da Idade Média. Isso levou Foucault (1997, 170) a proclamar que o Panóptico “é polivalente em todas as suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos”. Por possibilitar uma vigilância bastante eficaz, tem-se uma espécie de tecnologia do poder, passando-se, então, do Panóptico para o conceito de *panoptismo*.

1999, p. 19) , a mobilidade é o que possibilita à elite um empoderamento incorpóreo, não atinente a nenhuma condição espacial, a que este classifica como sendo “a combinação extraordinária e assustadora do etéreo com a onipotência”. Essa mobilidade tem dividido a humanidade em dois grandes grupos: os que possuem e os que não possuem condição humana.

### A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E O INTERESSE PELA QUESTÃO IDENTITÁRIA

Os discursos possuem efeitos construtivos. A construção identitária é um desses efeitos, ao lado da construção das relações sociais e dos sistemas de crença e de conhecimento. A questão identitária é tão relevante para os estudos em ADC, que Fairclough (2001) “cingiu” função interpessoal, proposta pelo linguista M.Halliday, em outras duas: a *função identitária* e a *relacional*.

Fairclough (2003, p. 224) propõe que os “estilos são o aspecto discursivo das formas de ser, identidades”, chamando-nos a atenção para o fato de que a identificação é um processo complexo e que não o é puramente textual: as pessoas “são também agentes que fazem coisas, criam coisas, mudam coisas”. Os estilos se realizam por meio de aspectos fonológicos, vocabulares, metafóricos, bem como pela “interação entre língua e *linguagem corporal*”.

Nos momentos em que a identificação ocorre por meio de alguns aspectos textuais, Fairclough (2003) focaliza as categorias de *modalidade* e de *avaliação*, que, de modo amplo e respectivamente, sinalizam para o grau de veracidade e de valor presentes nos elementos textuais que influem nas identidades. Modalidade e avaliação estão resumidas no quadro a seguir:

Categoria	Caracterização
<b>Modalidade</b>	Estabelecida entre o autor e as representações. “Aquilo a que os autores se comprometem em termos de verdade ou necessidade”. A modalidade pode ser: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>epistêmica</i> (que envolve a natureza das declarações [afirmação, modalização e negação] e das perguntas [perguntas positivas não-modalizadas, perguntas modalizadas e perguntas negativas não-modalizadas]);</li> <li>• <i>deôntica</i> (que envolve a procura [ordem, modalização e</li> </ul>

	proibição] e a oferta [garantia, oferta modalizada e recusa]).
<b>Avaliação</b>	Estabelecida entre os significados textuais e determinados valores. No âmbito da categoria de avaliação, pode-se distinguir: <ul style="list-style-type: none"><li>• declarações com modalidades deônticas;</li><li>• declarações com verbos e processos mentais afetivos; e</li><li>• pressuposições de valores.</li></ul>

**Quadro 2 - As categorias de modalidade e de avaliação, conforme Fairclough (2003)**

Outro aspecto relevante envolvido na questão identitária é a noção de *ethos*, definida por Fairclough (2001, p. 181) como sendo “o comportamento total de um (a) participante, do qual seu estilo verbal (falado e escrito) e tom de voz fazem parte, expressa o tipo de pessoa que ele (a) é e sinaliza sua identidade”. O *ethos* é uma manifestação mais abrangente que a estrita esfera discursiva, porque envolve o corpo inteiro, e não somente a voz e a linguagem verbal.

Fairclough (2001) verifica a construção das relações sociais e do “eu” por meio da análise, também, de uma entrevista médica padrão e de uma entrevista médica alternativa e, para tanto, faz uma análise baseada nas seguintes propriedades analíticas dos textos: o *controle interacional* (tomada de turno, a estrutura de troca, o controle de tópicos, o controle de agendas, a formulação), a *modalidade*, a *polidez* e o *ethos*.

Outra questão relevante que vincula o tema da construção identitária aos estudos em ADC está relacionada ao que Fairclough (2003, p. 304) denomina de *esteticização* de identidades, especialmente nas esferas pública e política. A *esteticização* é “a construção praticamente consciente de tais identidades (por exemplo, as identidades de políticos ou importantes homens de negócios) de forma a criar certas ‘imagens’”. Nesse sentido, ocupa papel central outra noção desenvolvida por Fairclough (2001, p. 26), acerca da denominada “tecnologização do discurso”, que é a expressão usada para reunir um conjunto de “tecnologias discursivas” que “são sistematicamente aplicadas a uma variedade de organizações por tecnólogos profissionais”. Essas tecnologias do discurso são alvo de pesquisas e treinamentos e podem ser ilustradas pela função do marketing político que se realiza nos bastidores de uma campanha política, por exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, percebe-se uma espécie de interesse súbito pelos complexos processos em que se constroem as identidades, e isso talvez se dê pelo fato de que, nas sociedades predecessoras, as identidades estavam envoltas em uma névoa de determinismo. A fase vigente do mundo atual é a fase das identidades e das diferenças, social e discursivamente construídas e fragmentadas em um espaço de disputa pelo poder. Por serem de natureza social e discursiva, identidades e diferenças são representadas, o que envolve sistemas simbólicos e classificatórios.

Na nossa sociedade, denominada por Giddens e Bauman, como *tardia* e *líquida*, respectivamente, a construção das identidades dá-se conforme um processo de reflexividade e mediante um movimento que supera em muito a fixidez de sociedades anteriores à nossa. Por isso, muitas vezes, o termo identidades (no plural) é mais adequado do que identidade (no singular).

Pelo fato de os discursos fazerem parte da complexa trama em que as identidades são construídas, o mesmo tema torna-se de interesse nuclear para os estudos em ADC, que propõe uma série de categorias linguísticas possíveis de serem analisadas, em prol do entendimento de como a sociedade constitui os discursos e como estes, de forma dialética, participam da constituição das identidades, das relações de poder e da própria sociedade.

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, J.L. **How to do things with words**. Oxford, Clarendon Press, 1962.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CASTELLS, M. **O poder da identidade** (volume II). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, S. Identidade e diferença: uma introdução. In Silva,T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RAJAGOPALAN, K. Pós-modernidade e a política de identidade. In: RAJAGOPALAN, K; FERREIRA, D. M. F. (ORG.). Políticas em linguagem: perspectivas identitárias. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SILVA, T. Identidade e diferença: uma introdução. In SILVA,T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução. In Silva,T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em agosto de 2013.

Aprovado em setembro de 2013.

